

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263PK-123-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	447.903	319.522
Aplicação financeira de curto prazo	5.2	5.775	5.434
Contas a receber	6	16.662	14.053
Estoques	-	1.626	1.517
Impostos a recuperar	7	5	5.949
Adiantamentos a fornecedores	8	576	3.115
Outros ativos	9	3.032	6.120
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	10	-	32.012
Total do ativo circulante		475.579	387.722
Ativo não circulante			
Contas a receber	6	2.314	4.269
Impostos diferidos ativos	25	9.238	29.488
Imobilizado	11	9.477	9.043
Intangível	12	274.320	268.671
Total do ativo não circulante		295.349	311.471
Total do ativo		770.928	699.193

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Debêntures	13	11.837	20.580
Fornecedores	14	5.553	10.362
Salários e encargos sociais	15	5.469	4.833
Obrigações tributárias	16	5.377	7.580
Outros passivos	17	3.690	4.524
Passivo financeiro – Concessão de serviços públicos	10	15.096	-
Total do passivo circulante		47.022	47.879
Passivo não circulante			
Debêntures	13	88.706	86.933
Impostos diferidos passivos	16	251.621	271.948
Provisão para demandas judiciais	18	210	2.633
Provisão para manutenção	19	21.197	24.171
Outros passivos	17	8.083	8.076
Total do passivo não circulante		369.817	393.761
Patrimônio líquido	20		
Capital social		137.151	137.151
Reservas		216.938	120.402
Total do patrimônio líquido		354.089	257.553
Total do passivo e do patrimônio líquido		770.928	699.193

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	622.840	1.375.673
Custos dos serviços prestados	22	(251.466)	(1.238.403)
Lucro bruto		371.374	137.270
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(156.210)	(115.268)
(Provisão) reversão para manutenção	19	(67.601)	3.309
Depreciação e amortização	11/12	(12.052)	(15.115)
Outras receitas operacionais		590	22
Total		(235.273)	(127.052)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		136.101	10.218
Receitas financeiras	24	20.280	34.169
Despesas financeiras	24	(12.873)	(20.001)
Resultado financeiro		7.407	14.168
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		143.508	24.386
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	(42.677)	(11.874)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	(4.295)	51.348
Lucro líquido do exercício		96.536	63.860

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	96.536	63.860
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	96.536	63.860

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		137.151	2.828	53.714	-	193.693
Lucro líquido do exercício		-	-	-	63.860	63.860
Constituição de reserva legal e de reserva de retenção de lucros	20(c)	-	3.193	60.667	(63.860)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		137.151	6.021	114.381	-	257.553
Lucro líquido do exercício		-	-	-	96.536	96.536
Constituição de reserva legal e de reserva de retenção de lucros	20(c)	-	4.827	91.709	(96.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		137.151	10.848	206.090	-	354.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		143.508	24.386
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para conciliar o lucro líquido:			
Depreciação do imobilizado	11	643	418
Amortização do intangível	12	11.409	14.697
Juros sobre debêntures	13	12.685	13.483
Provisão para demandas judiciais	18	(2.423)	(4.079)
Baixas no imobilizado	11	20	-
Baixas no intangível	12	10.154	4.819
Provisão para manutenção	19	(2.974)	(17.257)
Lucro ajustado		173.022	36.467
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(654)	3.311
Estoques		(109)	(142)
Impostos a recuperar		1.601	(1.236)
Adiantamentos a fornecedores		2.539	32.613
Outros ativos		3.088	10.290
Ativos financeiros - concessão de serviços públicos		32.012	2.264
Passivos financeiros - concessão de serviços públicos		15.096	-
Fornecedores		(4.809)	(4.769)
Salários e encargos sociais		636	559
Obrigações tributárias		(7.238)	3.465
Outros passivos		(828)	720
Caixa e equivalentes de caixa antes do pagamento de juros e de imposto de renda e da contribuição social		214.356	98.035
Pagamentos de juros das debêntures	13	(8.179)	(8.436)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37.670)	(10.895)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		168.507	78.704
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira de curto prazo	5.2	(341)	(5.434)
Adições no imobilizado	11	(1.097)	(4.658)
Adições no intangível	12	(27.212)	(63.359)
Recebimento na venda de imobilizado		-	31
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(28.650)	(73.420)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal de debêntures	13	(11.476)	(4.412)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(11.476)	(4.412)

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		128.381	872
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa		319.522	318.650
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa		447.903	319.522
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		128.381	872

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (“Companhia”), com endereço na Rodovia dos Tamoios, s/n, KM 65+400, Zona Rural, Caraguatatuba – SP, CEP 12246-870, tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016 e o período de concessão irá até abril de 2045.

No dia 27 de agosto de 2021, por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião.

No dia 17 de fevereiro de 2023, por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 9, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes da Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião.

A obra foi inaugurada dia 18 de novembro de 2024.

Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045.

No dia 17 de fevereiro de 2023, por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 9, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras de Implantação da Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. A obra foi inaugurada em 18 de novembro de 2024.

No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 10, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto – Fase 1. A obra foi inaugurada em 28 de junho de 2024.

No dia 11 de outubro de 2024, por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 15, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto – Fase 2. A obra foi inaugurada em 15 de dezembro de 2025.

No dia 04 de agosto de 2025, por intermédio da assinatura no Termo Aditivo Modificativo nº 17, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras de Acesso ao Porto de São Sebastião.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.

O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo).

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na Nota Explicativa nº 4.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3 Contas a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração avalia periodicamente a recuperação dos créditos e concluiu não haver perdas estimadas em seus recebíveis, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2025 e em 2024.

3.4 Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

3.5 Concessão de serviços públicos

O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do Poder Concedente para as obras de infraestrutura. A nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (Ampliação principal) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Em 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução. O passivo financeiro surge quando os recebimentos superam os custos incorridos no período, sendo realizados no período subsequente.

3.6 Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período.

3.7 Adiantamentos a fornecedores

Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos. O valor correspondente ao adiantamento a partes relacionadas está discriminado na Nota Explicativa nº 27.

3.8 Outros ativos

As despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência.

3.9 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

3.10.1 Infraestrutura

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.

3.10.2 Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.11 Avaliação do valor recuperável dos ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos bens do imobilizado e do intangível, quando aplicável, e outros ativos não circulantes, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável no resultado do exercício.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 Debêntures

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

As debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período.

3.14 Salários e encargos sociais

Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

3.15 Outros passivos

Representam depósitos e/ou adiantamentos efetuados por instrumento contratual. Os referidos saldos são reconhecidos como receita quando da efetiva prestação de serviços.

3.16 Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais (cível e trabalhista) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; **(iii)** e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

3.17 Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

3.18 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir:

3.18.1 Receita de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente, o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

3.18.2 Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

3.19 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento sobre suas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, juros passivos sobre as debêntures.

3.20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia adota o lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia determinou como prática contábil na preparação de suas demonstrações de fluxos de caixa que os juros pagos sobre debêntures devem ser refletidos no grupo de atividades operacionais.

3.22 Pronunciamentos novos ou ainda não adotados

As normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

- Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade);
- As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para período, estão contemplados a seguir:

a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

b) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

d) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 05 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, conforme a dívida da Concessionária.

e) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para demandas judiciais, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

g) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 2024, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros.

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	7	5
Numerários em trânsito (i)	2.466	1.735
Banco conta movimento	895	1.645
Aplicações financeiras		
Títulos de renda fixa (ii)	444.535	316.137
Total	447.903	319.522

(i) o saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do float das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura.

(ii) o saldo de aplicações financeiras é composto basicamente por Certificados de Depósito Bancários (CDB) junto ao Banco Bradesco, Banco XP e Banco Itaú, e foi apresentada uma rentabilidade de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e depósitos de poupança que está relacionado ao licenciamento ambiental conforme Nota Explicativa nº 17.

5.2. Aplicação financeira de curto prazo

A Companhia possui saldo de aplicações financeiras em depósitos de poupança no valor de R\$ 5.775 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.434 em 31 de dezembro de 2024) que está relacionado ao licenciamento ambiental, conforme Nota Explicativa nº 17. Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de aplicações financeiras em depósitos de poupança havia sido classificado como caixa e equivalentes de caixa. Para fins de melhor apresentação, o referido saldo foi reclassificado como aplicação financeira de curto prazo, considerando a vinculação com a obrigação de licenciamento ambiental mencionada.

6. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e em 2024, a Companhia apresentava os seguintes saldos de contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Circulante (i)	16.662	14.053
Contas a receber - Não circulante (ii)	2.314	4.269
Total	18.976	18.322

(i) Os saldos de contas a receber de clientes, correspondem em sua maioria sobre os pedágios eletrônicos. Referem-se aos clientes CGMP, Move Mais, Conectar, Greenpass com vencimentos para 30 dias;

(ii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais e serão reajustados pelo índice IGP-DI.

O saldo das contas a receber do ativo circulante vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

Aging list

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16.662	14.053
Total	16.662	14.053

7. Impostos a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Antecipações do IRPJ	4	-
Antecipações da CSLL	1	-
IRPJ base negativa	-	5.949
Total impostos a recuperar	5	5.949

8. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	576	3.115
Total	576	3.115

O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento. Sua redução é decorrente de custos incorrido de valores adiantados a fornecedores baixados em 2025.

9. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmio de seguros (i)	1.234	4.663
Juros a transcorrer	1.798	1.457
Total	3.032	6.120

(i) os valores pagos a título de seguros, são transferidos para resultado na medida do transcurso do período contratado.

10. Ativo e passivo financeiro – concessão de serviços públicos

Movimentação dos saldos de Concessão de serviços públicos para ativos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial Ativo	32.012	34.276
Adições	215.675	1.268.891
Baixas	(247.687)	(1.271.155)
Saldo final Ativo	-	32.012

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial Passivo	-	-
Adições (i)	15.096	-
Saldo final Passivo	15.096	-

O ativo e passivo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do Poder Concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico), TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos), TAM nº 009 (Automação dos Contornos), TAM nº 010 (Passivo do Planalto Fase 1), TAM nº 012 (Risco Geológico Túneis de serviço e Ligação), TAM nº 015 (Passivo do Planalto Fase 2), TAM nº 017 (Acesso ao Porto de São Sebastião) e TAM nº 019 (Escolta armada).

(i) O saldo registrado no passivo financeiro refere-se aos recebimentos no ano de 2025, que foram superiores aos custos incorridos. A maior parte desses valores está vinculada às obras de acesso ao porto de São Sebastião, que serão executadas no decorrer do exercício de 2026.

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Fibra ótica	4%	9.381	8.867
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	96	176
Total		9.477	9.043

Movimentação dos saldos de imobilizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim demonstrados:

		Saldo em				Saldo em
	%	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Fibra ótica	4%	8.867	1.097	-	(583)	9.381
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	176	-	(20)	(60)	96
Total		9.043	1.097	(20)	(643)	9.477

Movimentação dos saldos de imobilizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 podem ser assim demonstrados:

		Saldo em				Saldo em
	%	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Fibra ótica	4%	4.531	4.630	-	(294)	8.867
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	272	28	-	(124)	176
Total		4.803	4.658	-	(418)	9.043

12. Intangível

		Saldo em				Saldo em
	%	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização (*)	31/12/2025
Instalações	64%	180.061	7.363	(3.363)	(7.643)	176.418
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	22%	53.134	15.995	(6.151)	(2.260)	60.718
Desapropriações	3%	7.873	78	-	(333)	7.618
Conservação especial	3%	8.581	613	(613)	(363)	8.218
Elementos de segurança	1%	3.636	-	-	(154)	3.482
Capitalização de juros	5%	11.963	2.138	-	(508)	13.593
Meio ambiente	1%	1.216	-	-	(54)	1.162
Outros	1%	2.207	1.025	(27)	(94)	3.111
Total		268.671	27.212	(10.154)	(11.409)	274.320

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização de dezembro 2025 foi de 0,22% (0,18% em 31 de dezembro de 2024).

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação dos saldos de intangíveis podem ser assim demonstrados:

Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	224.859
(+) Adições (i)	63.359
(-) Baixas	(4.850)
(-) Amortizações	(14.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	268.671
(+) Adições (i)	27.212
(-) Baixas	(10.154)
(-) Amortizações	(11.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	274.320

(i) as adições de 2024 e 2025 referem-se as obras dos SAU 3 e 4 (Sistemas de Atendimento ao Usuário), WIFI (Equipamentos) e Freeflow.

13. Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia celebrou a 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Privadas Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única no valor total de R\$ 100.000. A emissão se deu através do enquadrando do “projeto” como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura nº 1.561, de 24 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de dezembro de 2021.

A Debênture terá prazo de 10 (dez) anos e 20 (vinte) dias, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2032. De acordo com a escritura das debêntures, há parcelas de principal e juros que devem ser pagas em maio e em novembro de cada exercício. Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios pré-fixados, pagos semestralmente à taxa de juros de IPCA+ 7,8081 a.a.

Em 16 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de juros no valor de R\$ 3.910. Dia 15 de maio de 2023 efetuou o pagamento da segunda parcela de juros no valor de R\$ 3.896. No dia 16 de novembro de 2023 efetuou o pagamento da terceira parcela no valor de R\$ 4.099. Em 15 de maio de 2024 efetuou o pagamento da quarta parcela de juros no valor de R\$ 4.040. Em 18 de novembro de 2024 efetuou o pagamento da quinta parcela de juros no valor de R\$ 4.396. Em 18 de novembro de 2024 efetuou o pagamento da primeira parcela do principal no valor de R\$ 4.412. Em 15 de maio de 2025 efetuou o pagamento da segunda parcela do principal de R\$ 5.703 e o pagamento da sexta parcela de juros no valor de R\$ 3.991.

Em 17 de novembro de 2025 efetuou o pagamento da terceira parcela do principal de R\$ 5.773 e o pagamento da sétima parcela de juros no valor de R\$ 4.188.

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia obriga-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas (covenants), sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas, a saber: **(i)** manutenção de garantias (Capital Social, Receita de Pedágio, Receita Acessória, Fundo Artesp), **(ii)** ausência de títulos protestados, **(iii)** ausência de encerramento de conta depósito no banco, **(iv)** ausência de solicitação de recuperação judicial, **(v)** ausência de distribuição de dividendos aos acionistas até a liquidação total das debêntures, **(vi)** atingimento de índices de “Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD” em patamar igual ou superior a 1,30, entre outros.

A Companhia está em dia com as obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e em 2024.

Debêntures passivo:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - Circulante	11.837	20.580
Debêntures - Não circulante	88.706	86.933
Total debêntures a pagar	100.543	107.513

Movimentação dos saldos de debêntures no passivo circulante e não circulante:

	Total circulante	Total não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.371	101.507
(+) Transferência	11.162	(11.162)
(+) Juros	8.087	5.396
(-) Pagamentos de principal	-	(4.412)
(-) Pagamentos de juros	(4.040)	(4.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.580	86.933
(+) Transferência	3.149	(3.149)
(+) Juros	7.763	4.922
(-) Pagamentos do principal	(11.476)	-
(-) Pagamentos de juros	(8.179)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.837	88.706

14. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	5.553	10.362
Total	5.553	10.362

São registradas nessa conta os valores a pagar referente a aquisição de bens e serviços, para execução das obras, conservação e rotina da rodovia, além de custos operacionais e despesas administrativas.

15. Salários e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	23	32
Provisões de férias e encargos	3.753	3.327
IRRF de empregados a recolher	627	551
INSS a recolher	754	680
FGTS a recolher	312	243
Total	5.469	4.833

16. Obrigações tributárias (circulante) e impostos diferidos passivos (não circulante)

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS a recolher	369	-	352	-
Cofins a recolher	1.717	-	1.725	-
IRPJ a recolher	131	-	-	-
CSLL a recolher	605	-	72	-
IRRF s/ terceiros a recolher	13	-	54	-
ISS s/ terceiros a recolher	803	-	3.869	-
ISS a recolher	1.669	-	1.154	-
INSS s/ terceiros a recolher	27	-	175	-
Pis/Cofins/CSLL terceiros a recolher	43	-	152	-
Outras obrigações tributárias	-	-	27	-
IRPJ diferido (i)	-	11.261	-	22.992
CSLL diferida (i)	-	4.053	-	8.277
PIS diferido (ii)	-	42.081	-	42.861
Cofins diferido (ii)	-	194.226	-	197.818
Total	5.377	251.621	7.580	271.948

(i) a tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 185.904 e (R\$ 52.891) em 31 de dezembro de 2024. Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3.6, para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei nº 11.079/04 – artigo 6 – § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3);

(ii) O PIS e Cofins diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei nº 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (Cofins). Com as entregas das obras da Ampliação Principal, Passivo do Planalto Fase 1, obra civil Contorno, Automação dos Contornos, Bate Choco e Passivo do Planalto Fase 2, iniciou-se o recolhimento dos impostos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2024	Adições ampliação principal	Adições obra civil Contornos	Adições passivo do planalto fase 1	Adições automação dos contornos	Adições passivo do planalto fase 2	Adições Pleito Bate Choco	Adições Acesso ao Porto	Exclusões pagamento	Saldo em 31/12/2025
PIS diferido	42.861	564	12.437	2.160	7.625	1.394	46	281	(25.286)	42.082
Cofins diferido	197.818	2.609	57.401	9.970	35.191	6.435	211	1.295	(116.703)	194.227
Total	240.679	3.173	69.838	12.130	42.816	7.829	257	1.576	(141.989)	236.309

	Saldo em 31/12/2023	Adições ampliação principal	Adições obra civil	Adições passivo do planalto fase 1	Adições Passivo Planalto Fase 2	Adições automação dos contornos	Adições Bate Choco	Exclusões pagamento	Saldo em 31/12/2024
PIS diferido	36.387	1.816	1.019	736	691	3.388	46	(1.222)	42.861
Cofins diferido	167.939	8.380	4.701	3.396	3.192	15.638	213	(5.641)	197.818
Total	204.326	10.196	5.720	4.132	3.883	19.026	259	(6.863)	240.679

17. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Outros passivos - Circulante (i)	3.690	4.524
Outros passivos - Não circulante (ii)	8.083	8.076
Total	11.773	12.600

(i) Refere-se ao recebimento antecipado de parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (vide Nota Explicativa nº 11), que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato;

(ii) refere-se a um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foi celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela CETESB e constante no Processo nº 98/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA).

18. Provisão para demandas judiciais

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2025 e em 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo não circulante	210	2.633
Total	210	2.633

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (i)	80	156
Cíveis (i)	130	2.477
Total	210	2.633

	31/12/2024	Reversões	Baixas	Adições	31/12/2025
Trabalhistas	156	-	(162)	86	80
Cível (i)	2.477	(4.762)	(726)	3.141	130
Total	2.633	(4.762)	(888)	3.227	210

(i) Os valores considerados como reversão de provisão se deram pelo fato de mudança de prognóstico.

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R\$ 210 (R\$ 2.633 em 31 de dezembro de 2024) envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis, o decréscimo para o exercício é devido a mudança de prognóstico.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhistas no montante de R\$ 6.784 (R\$ 22.533 em 31 de dezembro de 2024) envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não existem provisões constituídas.

19. Provisão para manutenção

	31/12/2025	31/12/2024
Pavimentos	7.240	9.723
AVP pavimentos	6.817	6.079
Sinalização	2.879	3.303
AVP sinalização	2.338	2.269
Obras de arte especial	-	890
AVP obras de arte especial	1.923	1.907
Total	21.197	24.171

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 05 anos (1º ciclo – de abril de 2016 a março de 2021/2º ciclo – de abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, conforme dívida da Concessionária. A determinação da taxa de desconto (0,94%) utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos.

A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras.

No exercício de 2025, em decorrência de custos não previstos foi constituída provisão para manutenção, cuja realização ocorreu integralmente dentro do mesmo período, assegurando a adequada correspondência entre a despesa e o exercício em que foi reconhecida. Conforme saldo de despesa demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
(Provisão) reversão para manutenção	(67.601)	3.309
Total	(67.601)	3.309

Em 2021, houve o encerramento do 1º ciclo de manutenção de algumas áreas e o início do 2º ciclo de manutenção (que tratará de provisões anuais e vigorará por 05 anos, se encerrando em março de 2026), o que demandou a projeção e provisionamento dos referidos desembolsos.

A movimentação da provisão para manutenção, líquida de ajuste a valor presente, segue demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2023	41.428
Adições	11.923
Baixas	(29.180)
Saldo em 31/12/2024	24.171
Adições	68.261
Baixas	(71.235)
Saldo em 31/12/2025	21.197

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal. O acionista único da Companhia é a Átria Investimentos e Participações S.A.

b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição.

c) Reservas

Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações:

1. 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social;
2. formação de reserva para demandas judiciais, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral;
3. constituição de reserva de retenção de lucros, se for o caso, na forma prevista da Lei;
4. a Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei.

21. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (i)	217.639	1.242.521
Receitas de pedágio	184.565	153.628
Receitas de contraprestação	267.018	40.073
Receitas acessórias	5.078	3.938
Receita bruta	674.299	1.440.160
Impostos sobre vendas		
ISS	(22.571)	(9.681)
PIS	(4.131)	(8.918)
Cofins	(19.068)	(41.161)
Outras deduções	(5.689)	(4.727)
Total	(51.459)	(64.487)
Receita operacional líquida	622.840	1.375.673

(i) o montante de R\$ 217.639 em 31 de dezembro de 2025 (de R\$ 1.242.521 em 31 de dezembro de 2024) referente a Receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente.

A seguir está demonstrada a composição do PIS e da Cofins:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS		
Sobre receitas de pedágios, acessórias e contraprestação	(2.825)	(1.222)
Sobre obras de infraestrutura	(1.306)	(7.696)
Total	(4.131)	(8.918)
Cofins		
Sobre receitas de pedágios, acessórias e contraprestação	(13.040)	(5.641)
Sobre obras de infraestrutura	(6.028)	(35.520)
Total	(19.068)	(41.161)
Total	(23.199)	(50.079)

22. Custos dos serviços prestados

O montante de R\$ 217.639 em 31 de dezembro de 2025 (de R\$ 1.242.521 em 31 de dezembro de 2024), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de obras de infraestrutura - Nota Explicativa nº 21	217.639	1.242.521
Margem de lucro	41.148	39.129
Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura	258.787	1.281.650
Deduções		
PIS sobre obras de infraestrutura	1.304	7.696
Cofins sobre obras de infraestrutura	6.017	35.520
Transferência de ativo	-	31
Total	7.321	43.247
Custo de obras de infraestrutura	(251.466)	(1.238.403)

Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas contratadas para a execução das obras de infraestrutura. A Companhia manteve custos incorridos no montante de R\$ 251.466 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.238.403 em 31 de dezembro de 2024) referente a custos de obras.

23. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e remunerações	(64.500)	(49.500)
Prestadores de serviços	(62.208)	(45.166)
Material equip. e veículos (consumo)	(16.991)	(11.729)
Gastos gerais	(11.317)	(6.972)
Seguros	(1.996)	(1.615)
(Provisões) reversões de demandas judiciais (reversões)	803	(286)
Total	(156.210)	(115.268)

24. Resultado financeiro

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	19.335	33.819
Juros ativos	633	328
Descontos obtidos	149	-
Variação cambial ativa	163	22
Total	20.280	34.169

Despesas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
IOF	(35)	(18)
Juros de debêntures	(12.685)	(13.483)
Juros sobre atraso de pagamento	(148)	(2.761)
Despesas bancárias	(200)	(2.589)
Descontos concedidos	(4)	(4)
Cide	(82)	(96)
IR s/ remessa exterior	(123)	(144)
ISS s/ remessa exterior	(14)	(15)
Outras despesas com juros	-	(3)
Variações cambiais s/ fornecedores no exterior	(470)	(18)
PIS s/ receita financeira	(174)	(290)
Cofins s/ receita financeira	(1.076)	(1.784)
Transferências despesas financeiras (Capitalização de juros)	2.138	1.204
Total	(12.873)	(20.001)

25. Imposto de renda e contribuição

A Companhia mantém imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos calculados sobre diferenças temporárias entre saldos contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais, conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias:		
Provisão de manutenção	7.007	8.291
Prejuízo fiscal	2.231	21.197
Imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos	9.238	29.488

Os saldos dos impostos diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Base de Cálculo	27.240	86.800
Imposto de renda diferido (i)	6.786	21.676
Contribuição social diferida (i)	2.452	7.812
Total impostos diferidos	9.238	29.488

(i) os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais anteriores.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas. No ano de 2025 foram compensados o valor de R\$ 20.251.

	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias:		
Margem de construção	(15.313)	(31.269)
Imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos	(15.314)	(31.269)
Imposto de renda e da contribuição social - Líquido	(6.075)	(1.780)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeisReferentes aos exercícios findos em **31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados às alíquotas vigentes, 25% (incluso a alíquota adicional de 10%) e 9%, respectivamente.

O cronograma referente a expectativa de realização dos impostos diferidos ativos é conforme segue:

Ano	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	12.854
2026	9.237	3.054
2027	-	2.273
2028	-	1.925
2029 em diante	-	9.382
Total	9.237	29.488

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos estão demonstrados a seguir:

	Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido (i)	11.260	22.992
CSLL diferida (i)	4.053	8.277
Total	15.313	31.269

(i) a tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$185.944 e (R\$ 52.891) em 31 de dezembro de 2024. Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (II), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei nº 11.079/04 – artigo 6 – § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3).

Conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	143.508	24.386
Alíquota nominal	34%	34%
Total Imposto de renda e contribuição social pela alíquota	(48.793)	(8.291)
Diferenças permanentes:		
Despesas não dedutíveis (provisão para manutenção e realização de margem)	73.988	4.559
Exclusões (provisão para manutenção e realização de margem)	(31.552)	23.946
Compensação prejuízo fiscal	(55.783)	(15.867)
Total base de imposto de renda e contribuição social corrente	130.161	37.024
IR + Adicional	32.516	9.232
Programa de Alimentação do Trabalhador	(353)	(222)
Doação fiscal incentivada	(1.200)	(468)
Total de imposto de renda corrente	(30.963)	(8.542)
Total de contribuição social corrente	(11.714)	(3.332)

O saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de CSLL em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.560 (R\$ 62.343 em 31 de dezembro de 2024).

Diferido - resultado

	31/12/2025	31/12/2024
CSLL diferido – ICPC 01	4.223	4.143
IRPJ diferido – ICPC 01	11.732	11.509
Contribuição social diferido	(5.360)	9.484
Imposto de renda diferido	(14.890)	26.212
Total	(4.295)	51.348

26. Gestão de risco financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros para devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

e) Análise de sensibilidade da taxa de juros

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 27 de fevereiro de 2026:

		31/12/2025	Projeção do efeito no PL em 31/12/2025	+25% Cenário I	+50% Cenário II
Ativo					
Aplicações financeiras (em Equivalentes de caixa)		444.535	55.257	69.085	82.918
Indexador	CDI	14,90%	12,25%	15,31%	18,38%

27. Operações com partes relacionadas

Custo com construção	31/12/2025	31/12/2024
Álya Construtora S.A.	6.561	331.614
EGTC Infra S.A.	204.346	713.519
Total	210.907	1.045.133

Receita acessória	31/12/2025	31/12/2024
EGTC Infra S.A.	182	206
Total	182	206

Remuneração das pessoas-chave da Administração da Companhia

A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de março de 2024. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

28. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos (cuja política de cobertura não é objeto de escopo por parte do auditor independente).

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia, fiança	Dezembro/2026	27.517
Seguro responsabilidade civil	Maio/2026	30.000
Seguro riscos de engenharia acesso ao porto São Sebastião	Abril/2027	100.000
Seguro risco responsabilidade civil acesso ao porto São Sebastião	Abril/2026	67
Seguro risco engenharia passivo do planalto fase 2	Maio/2026	289.001
Seguro responsabilidade civil passivo do planalto	Agosto/2026	276
Seguro responsabilidade civil	Abril/2026	30.000
Seguro responsabilidade operacional	Abril/2026	100.000
Seguro frota porto seguro	Abril/2026	1.000

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeisReferentes aos exercícios findos em **31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *